

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.736 - RJ (2019/0242133-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
SUSCITANTE : **SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **FLÁVIO ANTONIO ESTEVES GALDINO - RJ094605**
: **FELIPE BRANDÃO ANDRÉ E OUTRO(S) - RJ163343**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE CORONEL FABRICIANO - MG**
INTERES. : **MARCOS ALVES FERREIRA**
ADVOGADOS : **FRANCISCO CARLOS FRANCO - MG046091**
: **JORGE SILVA - MG031681**
: **JÉFERSON AUGUSTO CORDEIRO SILVA - MG048988**

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido de liminar, sendo suscitante SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, tendo como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ e o JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE CORONEL FABRICIANO - MG.

A suscitante alega que o Juízo primeiro suscitado, em 23.8.2018, nos autos do processo nº 0194044-84.2018.8.19.0001, deferiu o seu pedido de recuperação judicial, fixando, assim, a sua competência *"para conhecer todas as ações que versem sobre bens, interesses e negócios da Recuperanda e que afetem a recuperação judicial"* (fl. 4 e-STJ).

Aduz que

"De outro lado, tem-se o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Coronel Fabriciano/MG, perante o qual tramita a Reclamação Trabalhista proposta por Marcos Alves Ferreira contra o Consórcio UFN III e a Sinopec (processo nº 0011658- 51.2016.5.03.0034).

4. Muito embora o Juízo Recuperacional seja o único competente para promover medidas constritivas e expropriatórias sobre o patrimônio da Recuperanda, em 23.04.2019 o d. Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Coronel Fabriciano/MG determinou o bloqueio de valores nas contas do Consórcio UFN III e da Sinopec, até o limite de R\$ 8.419,80 (oito mil, quatrocentos e dezenove reais e oitenta centavos), com o intuito de garantir o pagamento do crédito concursal devido pelo Reclamante nos autos trabalhistas.

(...)

25. Ao que parece, o Juízo do Trabalho entende estar 'garantindo' o adimplemento das obrigações atinentes a um determinado credor trabalhista, mas, na verdade, está subvertendo a ordem procedimental de um processo de recuperação judicial, prejudicando a

Superior Tribunal de Justiça

Recuperanda e todos os demais credores submetidos àquele procedimento.

(...)

30. Ao promover atos de expropriação e de execução, o Juízo do Trabalho está desfalcando a Sinopec de um acervo de bens que deve garantir o pagamento da integralidade dos credores, e não apenas o adimplemento dos créditos perquiridos pelo Reclamante.

31. É preciso impedir que decisões pulverizadas possam, ainda que indiretamente, inviabilizar o pagamento dos credores, e por consequência infringir o par conditio creditorium" (fl. 4/11 e-STJ).

Defende que somente o Juízo recuperacional detém competência para decidir acerca do patrimônio da empresa recuperanda, justificando assim o seu pedido para sustar os efeitos dos atos decisórios praticados pelo JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE CORONEL FABRICIANO - MG, para sobrestar o procedimento trabalhista em referência e para determinar que o Juízo laboral se abstenha de praticar qualquer ato construtivo, com a indicação, ainda, do Juízo universal como único competente para apreciar eventuais medidas urgentes.

Ao final, requer que, com o conhecimento do conflito, se declare a competência do juiz da recuperação para determinar a realização de atos de constritivos e expropriatórios para a satisfação de créditos concursais.

Na decisão de fls. 117/120 (e-STJ), foi deferido o pedido de liminar.

Os Juízos suscitados prestaram as informações solicitadas (fls. 124/128 e 130/133 e-STJ).

O Ministério Público Federal, em seu parecer (fls. 135/138 e-STJ), opinou pelo não conhecimento do conflito.

É o relatório.

DECIDO.

O JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE CORONEL FABRICIANO - MG, às fls. 124/128 (e-STJ) prestou as seguintes informações:

"Em resposta ao ofício eletrônico de id 1518dcd, informo ao Exmo. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.736 - RJ (2019/0242133-5), que este Juízo, acatando pedido do próprio exequente, já determinou, por via do despacho de id 2d62bd5, a expedição das certidões para habilitação de crédito nos autos da recuperação judicial da reclamada da SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA, n. 0194044-84.2018.8.19.0001, em trâmite perante a 3ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro.

ESTE DESPACHO TEM FORÇA DE OFÍCIO, devendo ser remetido ao destinatário, via malote digital.

Diante das deliberações do despacho de id 2d62bd5,

Superior Tribunal de Justiça

deverá a Secretaria proceder à retirada dos impedimentos lançados nos ids 426e98b e 09f12f7, por meio do RENAJUD, com urgência.

Cumpridas as determinações supra, remetam-se os autos ao arquivo provisório" (fl. 126 e-STJ).

Nesse contexto, observa-se que, de fato, perdeu o objeto o presente conflito de competência, ficando revogada a liminar deferida às fls. 117/120 (e-STJ).

Ante o exposto, não conheço do conflito de competência.

Publique-se.

Intime-se.

Oficiem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator